



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 20.835/17

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da PBPREV, que concedeu **aposentadoria** a Sra. Edneves Adélia Vasconcelos Falcão Dutra, Agente Administrativo, Matrícula nº 758299, lotada na Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico.

Do exame da documentação pertinente, a Unidade Técnica emitiu relatório apontando diferença no cálculo dos proventos, visto que o valor foi calculado tomando por base a inclusão das parcelas decorrentes do exercício de cargo em comissão, tornando esse valor superior à remuneração do respectivo cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, contrariando os dispositivos supracitados, bem como a jurisprudência dos tribunais superiores. Ressaltou, ainda, a necessidade de notificação a autoridade responsável no sentido de retificar o ato concessionário de aposentadoria passando a aplicar a regra mais benéfica ao servidor, qual seja, a do art. 3, inciso I, II e III da EC nº 47/05 tendo em vista que garante direito a paridade e integralidade dos proventos, bem como, retificar o cálculo proventual de acordo com a regra sugerida e enviado o comprovante de implementação dos proventos.

Notificada, a **Paraíba Previdência – PBPREV**, por meio de seu representante legal, apresentou o Documento nº 21457/19 (fls. 109-133), afirmando que a própria beneficiária, optou em se aposentar pela regra de sua aposentadoria do art. 40, §1º, inciso III, alínea “a”, da CF/88 com redação dada pela EC 41/03, c/c o art.1º da Lei 10.887/04 (fl. 68), e que na hipótese sob exame, as regras inerentes ao art. 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, c/c o artigo 1º da Lei nº 10.887/2004, permite que o benefício seja calculado conforme as disposições inerentes aos §§ 3º e 17 do art. 40 da CF/88, ou seja, com base na média aritmética simples das 80% maiores remunerações contributivas, a contar da competência de julho de 1994 ou até a data da aposentadoria. Afirma ainda, que a beneficiária ficou à disposição na Companhia Estadual de Desenvolvimento da Paraíba – CINEP, e por ser uma sociedade de economia mista, foi gerado uma segunda contribuição previdenciária, como se constata nas fichas financeiras de fls. 23/35. O qual, entende que tal verba deva refletir no valor do benefício previdenciário, já que não pode haver contribuição sem benefício.

Afirma, ainda, que o raciocínio ora explanado guarda sintonia com o entendimento adotado pelo Próprio Tribunal de Contas da Paraíba, ao julgar o Processo TC 13620/18, através do Acórdão AC2 TC 00325/19, entendendo que “... a contribuição previdenciária incide sobre todas as parcelas remuneratórias, inclusive em relação à gratificação de atividade especial, devendo, assim, à luz de todas as considerações postas no presente Parecer, a base de contribuição repercutir no benefício respectivo, sem prejuízo de se poder adequar a base de contribuição para benefícios futuros, nos termos da lei, não havendo, com isso, irregularidade na concessão originária...”

Após exame dessa documentação, a Auditoria permaneceu com seu entendimento inicial, sugerindo, destarte, que a aposentadoria em comento não se eveste de legalidade.

Ao se pronunciar sobre a matéria, o MPJTCE, por meio do Douto Procurador Luciano Andrade Farias, emitiu o Parecer nº 595/19, ratificando o posicionamento da Douta Auditoria e opinando pela fixação de prazo à PBPREV para que haja a readequação dos valores dos proventos, na linha do que sustenta a Unidade Técnica.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 20.835/107

VOTO

Não obstante o entendimento da Auditoria nos seus relatórios, e do representante do MPjTC no parecer inserto nos presentes autos, este Relator acompanha o posicionamento da Douta Procuradora Elvira Samara Pereira de Oliveira exposto no Parecer nº 177/19 (Processo TC nº 13620/18), que em caso semelhante destacou:

“com o advento da EC 41/03, a integralidade deixou de ser a regra geral, passando apenas a regular alguns casos enquadráveis em regras de transição. A partir de então, a base de cálculo dos proventos passou a ser a média contributiva do servidor, ou seja, tudo aquilo que foi objeto de incidência da contribuição previdenciária (desde que se trate de parcela tributável, nos termos da legislação respectiva).

Portanto, não há que se falar em exclusão ou não integração de parcelas, a exemplo das correspondentes à gratificação de atividade especial ou à gratificação de produtividade da base de cálculo da média, ou seja, da remuneração de contribuição.

Ressalte-se que, no caso de aposentadoria com cálculo dos proventos efetivado com base na média contributiva do servidor, como o ora em apreço, quando da feitura do cálculo da remuneração do servidor no seu cargo efetivo, que serve de limite ao valor dos proventos, é adequado que se proceda a uma interpretação diferenciada do já mencionado artigo 40, § 2º, da Lei Maior, considerando-se como teto a remuneração do servidor no momento da aposentação, de modo que sejam abarcadas todas as parcelas de cunho efetivamente remuneratório associada ao cargo e que foram objeto de incidência da contribuição previdenciária. E observe-se que isso não tem potencial de causar desequilíbrio ao sistema previdenciário, posto que há uma equivalência entre benefício e fonte de custeio.”

Considerando o relatório da Auditoria, assim como o pronunciamento do MPjTCE no parecer oferecido, e ainda, declaração expressa da servidora optando por se aposentar pela regra do art. 40, §1º, alínea “a” da Constituição Federal c/c art. 1º da Lei 10.887/04 (fls. 68), voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** considere legal o supracitado ato de aposentadoria, conceda-lhe o competente registro e determine o arquivamento dos autos.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em Exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª Câmara

Processo TC nº 20.835/17

Objeto: Aposentadoria

Interessado (a): Edneves Adélia Vasconcelos Falcão Dutra

Órgão: Paraíba Previdência

Gestor Responsável: Yuri Simpson Lobato

Aposentadoria Voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos, julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC - nº 1032/2019

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 20.835/17, que examina a legalidade do ato do Presidente da PBPREV, que concedeu aposentadoria geral a **Sra. Edneves Adélia Vasconcelos Falcão Dutra**, Agente Administrativo, Matrícula nº 075.829-9, lotada na Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em considerar legal o supracitado ato de aposentadoria, concedendo-lhe o competente registro e determinando o arquivamento dos autos.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.
TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.
João Pessoa (PB), 04 de julho de 2019.

Assinado 5 de Julho de 2019 às 12:08



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE

Assinado 4 de Julho de 2019 às 14:31



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira
Filho**
RELATOR

Assinado 8 de Julho de 2019 às 09:00



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO